

Reunião do CADE em 21/8/2019

Reitoria pavimenta caminho para fechamento dos CCIs. Até quando vão nos cortar direitos?

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do Chapão Sintunesp/Associações, este boletim traz um relato sobre as discussões feitas na última reunião do CADE, em 21/8/2019. Entre os itens de pauta, o mais polêmico e preocupante foi o relativo aos Centros de Convivência Infantil (CCIs) da Unesp. Embora não tivesse sido o primeiro tópico, o boletim abordará esta questão inicialmente. Na sequência, virão os demais informes.

CCIs em risco

O item de discussão sobre os CCIs foi tenso e polêmico. Inicialmente, o Prof. Büll, presidente do CADE, lembrou que o objetivo era debater e não deliberar. Segundo ele, a matéria só será colocada em votação quando estiverem esclarecidas todas as dúvidas e ponderações dos membros do CADE.

Katia Aparecida Biazotti, da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP), foi encarregada de fazer uma apresentação sobre o histórico da criação dos CCIs, das diretrizes adotadas, das mudanças das legislações durante todos esses anos e que era necessário o colegiado apreciar os custos financeiros para a sua manutenção.

A Unesp dispõe de 15 CCIs, em 14 cidades. Segundo Kátia, a taxa de ocupação em 2019 é de 421 crianças, face ao número de 763 vagas existentes. Hoje, o quadro de pessoal dos CCIs conta com 128 servidores, com um quadro previsto de 176 funções. Ainda segundo a expositora, o custo mensal de uma criança atendida no CCI, atualmente, é de R\$ 2.635,00. Ela ainda frisou os seguintes números:

- Custo da folha mensal com encargos é de R\$ 1.053.627,89.
- Custo do consumo mensal, em média, é de R\$ 43.270,76.
- Custo total mensal dos CCIS é de R\$ 1.109,338,44.

A partir desta exposição, começaram as intervenções dos conselheiros. Os representantes do “Chapão Sintunesp/Associações” defenderam a existência e a manutenção dos CCIs. O benefício de uma creche nas empresas é fruto de muita luta - histórica e mundial - das mulheres e depois estendido a toda a família. É um benefício que não pode ser medido em números. Inclusive, o seu fechamento é

contraditório com o discurso da apresentação sobre a Saúde do Trabalhador, principalmente no momento de retorno ao trabalho após a licença maternidade. A existência dos CCIs é fator preponderante tanto no planejamento familiar, quanto na opção de permanência nos quadros da Unesp.

Os conselheiros enfatizaram, também, a qualidade dos nossos profissionais dos CCIs e dos serviços por eles prestados. Destacaram a angústia à qual estes servidores estão submetidos frente aos boatos do possível fechamento dos CCIs, o que certamente está lhes causando sérios problemas de saúde e total insegurança com o futuro.

Eles procuraram evidenciar o enorme benefício de se ter um CCI dentro da Unidade. Se tiver que colocar o filho em creche externa, o/a servidor(a) perderá, no mínimo, uma hora para levá-lo e buscá-lo. Dentro da Unesp, esse tempo é de, no máximo, 10 minutos. Os pais têm tranquilidade de estarem perto dos filhos e o ambiente próximo melhora a qualidade de vida dos filhos e dos servidores. Tem como mensurar em valores monetários esses benefícios? Assim, propor o fechamento dos CCIs é uma política de crueldade.

As intervenções de alguns conselheiros docentes preocuparam bastante aos membros do “Chapão”. Eles opinaram que o custo anual – cerca de R\$ 14 milhões – é inviável em meio à crise financeira que a Universidade atravessa, e que a demanda é cada vez menor. Outros propuseram fechar e pagar um auxílio creche com valor acima dos R\$ 450,00 em vigor. Outros reconheceram a qualidade dos serviços prestados, mas que é necessária uma urgente revisão.

Em Botucatu, segundo informações repassadas na reunião, está havendo a fusão dos CCIs existentes.

Os conselheiros do “Chapão” questionaram novamente como ficaria a situação dos servidores, em caso de fechamento. Kátia disse que a Assessoria Jurídica (AJ) da Reitoria fez uma análise sobre a situação dos ADIs (Assistentes de Desenvolvimento Infantil dos CCIs) e que seria possível a transformação destas funções para pedagogos, pois o objeto do concurso prestados por eles previa essa formação. Frente a esta informação, surgiu o questionamento sobre qual seria a motivação para





fechar os CCIs, uma vez que não haveria “economia” em relação ao pessoal, que seria realocado.

O sentimento dos representantes do “Chapão”, após essa ampla discussão, é de que, se não houver uma grande mobilização dos interessados, da comunidade, dos representantes e outros, é certo que em breve os CCIs serão fechados.

Os representantes do “Chapão” também cobraram uma manifestação e apresentação da Comissão dos CCIs em reunião futura do CADE.

Sintunesp vem denunciando - As investidas da Reitoria sobre os CCIs não começaram agora e já foram tema de muitas denúncias do Sintunesp. Se o custo por criança atendida nos CCIs aumentou, a responsabilidade cabe à própria Reitoria. Mesmo diante da vasta argumentação - tanto técnica quanto da importância social – contrária à redução da idade das crianças a serem atendidas, o Conselho Universitário aprovou a medida. Com isso, a idade máxima das crianças passou a ser de quatro anos, levando a que uma parte das vagas ficasse ociosa, embora houvesse muitos interessados. Portanto, neste momento, a Reitoria está concluindo uma manobra que se iniciou em 2015, ainda na gestão anterior, com o voto favorável dos professores Sandro e Sérgio, na época conselheiros junto ao colegiado.

Vale lembrar, ainda, que os CCIs foram concebidos como estrutura avançada, como um laboratório de auxílio para cursos de licenciatura. Portanto, não são um mero “benefício” aos servidores (e também a várias alunas), menos ainda de “luxo”, e poderiam ser mais amplamente utilizados como apoio no preparo dos alunos de graduação destas áreas.

Boletim econômico

O professor José Roberto Ruggiero, assessor-chefe de Planejamento e Orçamento da Unesp, fez uma explanação sobre as finanças da Universidade. Ele inovou ao dizer que repassaria informações parciais, pois a próxima edição do **Boletim Econômico Propeg** estava sendo preparada para ser apresentada na reunião do Conselho Universitário (CO) de 29/8.

Ruggiero disse que a situação econômica da Unesp ainda é preocupante, tendo em vista a previsão de queda do Produto Interno Bruto (PIB), inflação abaixo da meta e indústria em recessão, elementos que prejudicam ainda o crescimento dos repasses financeiros para a Universidade. Segundo o assessor, a Unesp conta com um reserva de R\$ 40 milhões e que segue pagando ao governo o adiantamento do repasse do ICMS, usado para quitar o 13º salário de 2018.

Os representantes do Chapão fizeram alguns

questionamentos:

- Quanto a Universidade arrecadou com a fonte de Receita Própria no primeiro semestre de 2019?

- Como fica a dívida que a Unesp tem com os seus servidores na questão dos dissídios salariais de 2016 (3%) e 2019 (2,2%)? Os conselheiros frisaram que a comunidade aguarda o pagamento destes percentuais até o final deste ano.

O Prof. Ruggiero respondeu que foram arrecadados com Receita Própria cerca de R\$ 145 milhões no primeiro semestre de 2019. Ou seja, um valor muito significativo, na visão dos conselheiros do Chapão, o que evidencia o claro descaso com a nossa categoria quanto ao retorno do plano de carreira. É preciso lembrar que foi aprovada uma rubrica de R\$ 2 milhões, para serem utilizados em 2019, e a Reitoria teima em nos dar o calote, dizendo que a receita própria ainda não aconteceu.

Em relação ao pagamento dos valores devidos dos dissídios de 2016 e 2019, Ruggiero reiterou que a prioridade da Reitoria é o pagamento do 13º salário de 2019 e que não há condições no momento de quitar essa dívida.

Os conselheiros do Chapão questionaram também em relação aos valores financeiros que irão sobrar dos salários dos servidores, por conta da determinação de não ultrapassar o teto do salário do governador, ou seja, o extra-teto. Ruggiero disse que realmente haverá uma sobra em torno de R\$ 32 milhões e que ainda não foi definido pela Reitoria onde será utilizado esse montante. Os representantes dos servidores opinaram que esse valor deveria ser utilizado para pagar a dívida dos salários e do 13º salário.

Outra questão levantada pelos representantes do Chapão foi em relação ao repasse do montante de R\$ 83 milhões, referentes aos salários do pessoal da ativa do Hospital das Clínicas de Botucatu. Eles indagaram se esse valor já está na conta da Unesp. O Prof. Büll respondeu que ainda não caiu na conta da Unesp, pois há uma dificuldade burocrática em transferir esse valor da Secretaria da Saúde para a Secretaria da Educação, o que não é uma operação simples, mas que está convencido de que isso vai ocorrer “o mais breve possível”.

Saúde e Segurança do Trabalhador

A Dra. Ludmila Cândida de Braga, Coordenadora da Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador – CSST, fez uma apresentação do “Programa de Retorno ao Trabalho e Adaptação Profissional da Unesp”. Esse assunto foi pautado no CADE após solicitação por membros do Sintunesp e do Chapão.

A Dra. Ludmila fez um histórico de todo o programa de saúde e segurança do trabalho na Unesp, evidenciando seus bons resultados. Ela destacou a importância das





Seções Técnicas de Saúde, dos peritos, do acompanhamento no retorno ao trabalho dos servidores readaptados, que tem a participação efetiva de vários segmentos envolvidos (chefe, diretor de área, assistente social e outros), visando o bem-estar do servidor para desenvolver uma nova atividade.

Os representantes do Chapão fizeram várias intervenções, nas quais demonstram uma preocupação constante ao comparar o que está escrito e proposto com a realidade do dia a dia do servidor readaptado, que sofre muito preconceito por parte dos colegas e dos superiores imediatos. Às vezes, é tratado com indiferença, colocado para exercer atividades incompatíveis com o que foi proposto após a sua readaptação.

Os conselheiros destacaram que houve um avanço em outros aspectos ligados à saúde e segurança do trabalho na Unesp, porém, devemos buscar sempre estar atentos, principalmente na questão de doenças mentais sofridas pelos servidores, com grande ênfase na depressão, mal que atinge muitos servidores da Universidade. Demonstraram também a preocupação com a falta de pessoal e possíveis aposentadorias dos servidores do subquadro das Seções Técnicas de Saúde. Também lembraram que o assédio moral é causa de adoecimento e cobraram ações para sua prevenção.

Insalubridade

Durante a reunião do CADE, foi informado que a Universidade encaminhou 5 mil processos para o Departamento de Perícias Médicas do Estado de SP (DPME), sendo que voltaram para reavaliação 329 processos, que estão sendo devolvido para as unidades; destes, aproximadamente 6 processos possuem irregularidades graves.

Aposentadorias/valores além do teto

Na reunião, foi exposto sobre o Despacho 106 – 2019, do Reitor, de 23-7-2019, informando que a Unesp está seguindo a decisão do Tribunal de Contas (TC). De acordo com este documento, a Universidade, ao longo do tempo, sempre seguiu a legislação que determina a adoção do teto remuneratório no estado de São Paulo.

Atualmente, seguindo decisão do TC, proferida quando da análise das contas da Unesp de 2007, passou a congelar os vencimentos de seus servidores a partir de dezembro de 2014, por meio da introdução da parcela “extra-teto”, com o objeto de “preservar o quadro funcional da instituição”, evitando perda de pessoal. Ainda segundo o Despacho, essa política mostrou-se acertada, pois dos 1.141

servidores com essa parcela, em 2014, chegamos a abril de 2019 com 625.

No entanto, a partir da mudança de entendimento do TC, começaram a ocorrer negativas em atos de homologação de aposentadorias, o que levou a Unesp a determinar a adequação dos atos questionados, com trânsito em julgado, gerando cerca de 18 casos de revisão de proventos.

Considerando o quadro atual de processos em andamento no TC, a AJ da Unesp sugeriu que, nos atos de aposentadoria não homologados, a Universidade veja a necessidade de revisão de alguns casos de incorporação de gratificações (GRs).

Segundo a direção do CADE, esse assunto será melhor informado e debatido na próxima reunião do Conselho Universitário (CO), em 29/8/2019.

Outros assuntos abordados pelos membros do Chapão

Envio de comunicações – Foi cobrado, novamente, o envio das comunicações para os conselheiros do CADE após a comunicação do Presidente. O Prof. Büll demonstrou certa indignação pelo fato de isso ainda não estar ocorrendo e alegou que isso seria responsabilidade de outro membro da direção.

Transferências de unidades – Foi questionado se as GRs e diárias de pessoas de outras unidades que vêm para a Reitoria teriam um controle. Não houve resposta.

Índices de evasão – Foi reiterado o pedido feito em 03/07/2018, dos “índices de evasão de servidores técnico-administrativos por motivos de aposentadoria e exoneração por justa causa ou voluntariamente, e que a apresentação do Prof. Bull seja disponibilizada no site da PROPEG.”

Indicações – Na reunião do CADE de 21/8, foi eleito como vice-presidente do colegiado o Prof. José Roberto Ernandes, do IQ/Araraquara. Para a Comissão de Orçamento, foi indicado o representante docente Celso Antônio Rodrigues, da FMVZ/Botucatu, em substituição ao Prof. Pasqual Barretti. Também foram indicados dois representantes dos servidores técnico-administrativos para integrar a comissão para, junto com a CEFA, analisar os documentos recebidos da comunidade com as contribuições para a reforma administrativa: Ademir Machado dos Santos, da FE/Guaratinguetá, e Valdomiro Rodrigues de Souza, da FFC/Marília.